



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



JESSICA LUANNA SANTOS FERREIRA MEGLIATO

**ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NA PRESERVAÇÃO DO LOCAL DE CRIME E
INTEGRIDADE DAS PROVAS**

GOIÂNIA-GO

2023

JESSICA LUANNA SANTOS FERREIRA MEGLIATO

**ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NA PRESERVAÇÃO DO LOCAL DE CRIME E
INTEGRIDADE DAS PROVAS**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Thiago Rodrigues Ottoni.

GOIÂNIA-GO

2023

ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NA PRESERVAÇÃO DO LOCAL DE CRIME E INTEGRIDADE DAS PROVAS

MILITARY POLICE PERFORMANCE IN PRESERVING THE CRIME SCENE AND INTEGRITY OF EVIDENCE

Jessica Luanna Santos Ferreira Megliato ¹

Thiago Rodrigues Ottoni²

Resumo

O presente estudo tem como objetivo central, retratar a importância da preservação do local do crime pelo policial militar. Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa exploratória descritiva com análise quantitativa, a partir de um estudo de campo, em que foi aplicado um questionário com 10 perguntas abertas, em que o respondente foi um perito que compõe o quadro de servidores do Instituto Médico Legal de Goiás, com o intuito de demonstrar a importância da preservação do local de crime, para a coleta de provas, para embasar o estudo, também foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, a partir de monografias, dissertações, artigos, a fim de expor o ponto de pesquisadores dentro do tema. Mediante ao resultado da pesquisa, foi possível verificar a importância da preservação do local de crime, para garantir a integridade das evidências e facilitar uma investigação precisa e eficaz, assim, ao deparar-se com um crime, o policial militar deve agir rapidamente para isolar a área, evitando a contaminação ou destruição de provas cruciais, isso envolve o estabelecimento de um perímetro de segurança, a proteção de evidências físicas e a manutenção da cena do crime intacta até a chegada de peritos e investigadores especializados.

Palavras-chave: Provas; Perícia; Polícia Militar.

Abstract

The main objective of this study is to portray the importance of preserving the crime scene by the military police. Methodologically, an exploratory descriptive research was carried out with quantitative analysis, based on a field study, in which a questionnaire with 10 open questions was applied, in which the respondent was an expert who makes up the staff of the Legal Medical Institute of Goiás, with the aim of demonstrating the importance of preserving the crime scene, for collecting evidence, to support the study, a bibliographic and documentary research was also carried out, based on monographs, dissertations, articles, in order to expose the point of researchers within the topic. Based on the results of the research, it was possible to verify the importance of preserving the crime scene, to guarantee the integrity of the evidence and facilitate a precise and effective investigation. Therefore, when faced with a crime, the military police officer must act quickly to isolate the area, preventing contamination or destruction of crucial evidence, this involves establishing a security perimeter, protecting physical evidence, and keeping the crime scene intact until the arrival of specialized experts and investigators.

Keywords: Evidence; Expertise; Military police.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: jess.luanna21@gmail.com Telefone: (67)99146-8023.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Gestão em Segurança Pública e Especialista em Gestão de Segurança Pública Email: thiago.ottoni01@gmail.com Telefone: (62) 9 8538-3334.

1 INTRODUÇÃO

Mediante ao papel de manutenção da ordem pública que compete a Polícia Militar, sendo a primeira entidade de segurança pública, para resolver alguma situação que interfira no bem-estar social, ela comumente está em patrulhamento e realizando operações de policiamento ostensivo. Desse modo, a Polícia Militar é a principal entidade que responde a chamados de emergência, incluindo crimes em andamento ou executados, acidentes, violência doméstica e outras situações que exijam uma resposta imediata.

Assim, a Polícia Militar, muitas vezes, é a primeira a chegar em um local de crime devido à sua presença ostensiva e a realização de operações de patrulhamento, visto que ao se deparar com uma situação de ocorrência de delito, o policial possui uma série de ações a serem tomadas, dentre elas é preservação do local do crime, assegurando a integridade das evidências, tal ação implica em um processo de isolamento da área, controlando o acesso e colaborando com outras agências, como a perícia criminal.

O local do crime é um ponto de suma relevância para o resultado do processo penal, já que nele estão contidos os mecanismos para investigação da perícia, em que através dos resultados, serão estabelecidas provas para verificar a veracidade dos fatos, dando ao júri elementos para um julgamento mais preciso (FRANÇA, 2013).

Portanto, é possível estabelecer que o local do crime é uma fonte de provas, em que a integridade da cena do crime é um fato de suma relevância para a credibilidade das provas, fato que é possibilitado com a preservação do local do crime de forma rápida e eficiente.

Nesse contexto o policial militar tem grande importância, já que uma de suas responsabilidades é garantir a integridade do local onde ocorreu o crime, isolando a área para que essa finalidade seja efetividade, não atrapalhando a investigação sobre a veracidade dos fatos. Defronte ao cenário apresentado, a problemática que motivou a execução desse estudo se baseia em: Qual a importância do papel do policial militar na preservação do local de crime?

Referente ao tema proposto, conseqüentemente, definiu-se o objetivo geral que norteou o estudo, pautado em: Retratar a importância da preservação do local do crime pelo policial militar. Os objetivos específicos estabelecidos e que possibilitaram chegar ao escopo geral, que é retratar a importância da preservação do local do crime pelo policial militar, são apresentados a seguir: representar aspectos referentes ao local de crime; conceituar parâmetros relacionados a prova em âmbito jurídico; apresentar as atribuições do policial militar, no que diz respeito a preservação do local do crime.

Dentre as motivações que justificam o provimento desse estudo, se deve ao papel desempenhado pelo policial militar, o qual é o principal elemento que realiza o policiamento ostensivo e preventivo, fato que permite a ele um frequente contato com a zona de crime. Muitas vezes, o policial militar é a primeira pessoa com responsabilidades jurídicas que encontra a cena de um crime, necessitando que realize a preservação do local. Assim, dentro de um aspecto social, a pesquisa propiciara um senso maior do policial militar em relação a importância da preservação do local do crime dentro do processo penal.

2 REVISÃO TEÓRICA

A polícia atua na promoção da segurança e da ordem pública, realizando a prevenção e repressão de crimes, bem como a proteção da vida, propriedade e integridade física dos cidadãos, assim, todas as ações delituosas, previstas pelo Código Penal, devem ser reprimidas pela polícia.

Perante as funções da Polícia Militar, essa desempenha um papel fundamental na promoção do direito penal, ao agir como agente executor das leis, contribuindo para a proteção dos bens jurídicos, diminuindo os índices criminais, e conseqüentemente, contribuindo para a manutenção da ordem pública.

Dentro do ordenamento jurídico brasileiro, o Código Penal possibilita a imposição de penalidades, caso haja a instauração de ações delituosas por parte do infrator, sendo esse um conjunto de normas que separam algumas atividades em atos criminosos, com previsão de pena ou medida de segurança a ser aplicada ao réu pelo Estado (Greco, 2015).

Como pondera Capez (2010), o Direito Penal tem como finalidade a estabilidade da coletividade, através da proteção aos valores que estão presentes na sociedade e permitem a sua manutenção e equilíbrio, assim o ordenamento jurídico delimita uma série de condutas infracionais, cada qual com a sua penalidade correspondente.

Em continuidade, Greco (2015) pondera que o direito de punir é de monopólio do Estado, sendo essa uma ferramenta de uso exclusivo dele, em que a partir desse poder, ele possui o dever de proferir sanções a pessoas que tenham cometido atos transgressores dispostos no Código Penal.

Segundo Capez (2012), o caráter protetivo e de ordem social atribuído ao Código Penal é visível, no entanto, a mera existência dele não é suficiente para a eficácia do sistema legal, é nesse contexto que o Código de Processo Penal (CPP) desempenha um papel crucial, delimitando as condições e os procedimentos pelos quais as penalidades do Código Penal são

aplicadas aos infratores, estabelecendo garantias legais e direitos fundamentais que visam proteger não apenas a sociedade contra a criminalidade, mas também assegurar que a justiça seja administrada de maneira justa e equitativa.

Conforme argumenta Lopes Júnior (2014), o direito de punir é de exclusividade do Estado, uma vez que o rito se inicia quando a entidade estatal acata o pedido de punição da suposta vítima ao possível autor da infração, visto as condições apresentadas pode haver a condenação ou não do transgressor.

Dentro desse cenário, Capez (2012) percorre o mesmo caminho, em que o autor pondera que, o direito de punir é de total domínio do Estado, sendo que ele é intransferível, abstrato, genérico e impessoal, em que ao ocorrer a infração, o direito de punição passa a ser individualizada, dirigida especificamente contra o transgressor

Para o estabelecimento da pena, todo crime deve passar pelo processo penal, o qual é julgado perante ao júri, com a condenação ou absolvição da ação acusadora, que em caso de culpa, se tem a determinação das características punitivas a serem cumpridas, uma vez que no Brasil, o regime fechado, representa o modelo mais severo de punição, em que o intervalo varia de acordo com a gravidade da ação delituosa, de acordo com Reis e Gonçalves (2012).

O direito processual penal é um protocolo de suma relevância a ordem social, uma vez que ele cuida da resolução do litígio entre as partes envolvidas, além de garantir que não haja abuso de poder por parte de quem o tem, no caso o Estado, tal qual a garantia de que princípios penais e processuais penais sejam respeitados (Lopes Júnior, 2014).

2.1 DA IMPORTÂNCIA DA PROVA PARA O PROCESSO PENAL

Conforme apresentado, a execução do processo penal tem início a partir do conflito de interesses entre as partes envolvidas, gerando um litígio que demanda a atuação da esfera judiciária, oferecendo um caminho estruturado e imparcial, garantindo a justiça, considerando as diversas perspectivas e evidências apresentadas pelas partes envolvidas, culminando na aplicação da sanção de maneira legal e equitativa.

Dentro do rito penal, a produção de provas desempenha um papel central na busca pela verdade, desvendando a verdade real dos fatos, possibilitando que o julgamento seja embasado em informações sólidas e verídicas, permitindo um processo judicial eficaz (Lopes Júnior, 2014).

Segundo Tavares e Andrade (2013), o conceito de prova no contexto processual abrange tudo aquilo que seja capaz de contribuir para a evidenciação da autenticidade dos fatos em

questão, em que eles podem se originar de diversos meios, como documentos, objetos, testemunhas, perícia, dentre outros.

A produção de provas, realizada dentro dos parâmetros legais estabelecidos pela legislação específica, é considerada um processo viável para estabelecer a verdade dos eventos no âmbito do processo judicial, dessa forma, a variedade de meios probatórios disponíveis oferece ao sistema jurídico a flexibilidade necessária para uma abordagem abrangente na busca pela verdade real, garantindo, assim, a justa resolução das questões em conformidade com os princípios do devido processo legal (Lucchesi, 2023).

Sob a ótica de Reis e Gonçalves (2012), no papel que incide ao juiz, ele assume a responsabilidade de verificar a veracidade dos fatos apresentados no processo, para assim prover a justiça, visto que em situações que há dúvidas, o magistrado tem o dever de empregar mecanismos que confirmem a realidade dos acontecimentos, podendo, para isso, ordenar a produção de provas adicionais.

Todo indivíduo possui o direito de realizar a sua defesa perante a acusações, desse modo a prova ganha relevância, por assegurar a oportunidade das partes em litígio de apresentar fatos para a sua defesa e contestar as acusações de maneira justa e imparcial (Pinheiro, 2022).

Conforme pondera Capez (2012), dentro do rito penal, a validação das provas é crucial, e sua legitimidade pode ser comprometida se geradas por meios ilícitos, proibindo sua utilização, dado que a concepção e obtenção lícitas das provas são fundamentais para sua admissibilidade no processo, assegurando a conformidade com os preceitos legais e a busca pela justiça.

2.2 PRESERVAÇÃO DO LOCAL DO CRIME

A credibilidade das provas desempenha um papel crucial no processo judicial, sendo essencial para a busca da verdade e a justiça, sendo assim, a preservação do local do crime é de suma importância para garantir a integridade das provas, pois este é um aspecto de suma relevância para a análise pericial (Brandalise, 2015).

O conceito de local de crime refere-se ao espaço físico onde ocorreu uma infração criminal, sendo esse o ambiente específico onde os eventos delituosos se desenrolaram, incluindo os locais onde foram cometidos atos ilícitos, como assaltos, homicídios, furtos, entre outros, ele é crucial para a investigação, pois contém evidências físicas e vestígios que podem ser utilizados na apuração dos fatos (Santos, 2018).

De acordo com a Polícia Militar de Goiás (2022), ela propõe uma classificação dos locais de crime, o local imediato é onde a maioria dos vestígios é encontrada, enquanto o mediato possui vestígios em um local adjacente, e o relacionado está conectado ao local de crime, além disso o local pode ser externo, ocorrendo em ambientes abertos, ou internos, em espaços fechados, como dentro de residências.

Para os autores Garcia e Reis (2016), a análise do local de crime é parte integrante da perícia criminal, envolvendo a coleta, preservação e análise de provas para reconstruir o que ocorreu. Essas evidências podem incluir impressões digitais, amostras biológicas, objetos relacionados ao crime e outros vestígios que ajudam a estabelecer os eventos e identificar possíveis suspeitos

Manter o local do crime intacto e devidamente documentado contribui para a coleta de informações precisas, evitando contaminação ou perda de elementos cruciais para a investigação, com isso a credibilidade das provas fortalece a solidez do processo penal e a justiça na apuração dos fatos (Silveira, Pereira, 2020).

Em consonância com Florenzano (2019), o local do crime desempenha um papel essencial na reconstituição de eventos criminais, proporcionando um campo propício para a atuação de peritos na investigação, diante da coleta de vestígios materiais presentes resultantes da ação infracional.

Segundo Garcia e Reis (2016), a preservação do local do crime é uma tarefa complexa, apresentando dificuldades significativas na sua execução, visto a facilidade em alterar os vestígios presentes, seja de maneira intencional ou acidental, o que pode comprometer a integridade das evidências.

As mudanças no local do crime representam um desafio para o trabalho do corpo pericial, uma vez que a sua capacidade de elucidar com precisão os eventos ocorridos podem ser prejudicados, impactando diretamente na obtenção de uma reconstrução fiel e verídica dos fatos (Santos, 2018).

A dificuldade em preservar o local do crime destaca a importância de protocolos rigorosos e técnicas especializadas para garantir a fidedignidade das provas coletadas durante a investigação criminal, visto que as forças policiais têm relevância significativa na prevenção da cena criminal, mediante ao seu papel colaborativo à segurança pública.

A Polícia Militar, frequentemente, é a primeira força da segurança pública a chegar no local do crime, visto que a instituição realiza patrulhamento preventivo constante em áreas urbanas e rurais, buscando prevenir crimes e responder prontamente a ocorrências, além de uma rápida resposta através de chamadas de emergência, através de centros operacionais, permitindo

uma mobilização ágil de unidades para atender às ocorrências mais próximas (Lima, Rocha, 2022).

A disponibilidade constante e a presença frequente nas comunidades da Polícia Militar, contribui para a eficácia na resposta inicial a incidentes, visto que os agentes são treinados para responder a diversas situações de emergência e têm conhecimento sobre procedimentos iniciais, incluindo a preservação do local do crime até a chegada de outras autoridades, como a Polícia Civil e peritos (Silveira, Pereira, 2020).

Comumente a Polícia Militar é a primeira a chegar no local de crime, assim os policiais são treinados para exercer esse contato inicial com a cena criminal, realizando um isolamento e preservando-o, até que os agentes periciais possam chegar ao local do crime para realizar a coleta de informações e continuidade do processo criminal (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 2022).

Inicialmente, é necessário avaliar a segurança do ambiente, implementando as ações corretivas, posteriormente, é essencial se aproximar do local do crime e dimensionar o campo pericial, para garantir a integridade das evidências, é fundamental isolar o local do crime, adotando uma conduta de preservação do local de crime, para posteriormente, comunicar o fato ao comandante da guarnição, ao COPOM e ao superior imediato (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 2022).

O papel desempenhado pela Polícia Militar na preservação do local de crime é essencial para assegurar a integridade das evidências e facilitar uma investigação eficiente, evitando a contaminação das provas e garantindo a segurança no local, protegendo evidências físicas, como impressões digitais, amostras biológicas e objetos relacionados ao delito, garantindo que permaneçam intactas durante a investigação (Lima, Rocha, 2022).

Diante de uma cena criminal, a Polícia Militar faz um registro preliminar, documentando as condições iniciais, a posição de objetos e outros elementos relevantes, auxiliando no controle de testemunhas no local, garantindo que não interfiram na cena do crime e contribuindo para manter a integridade das informações fornecidas pelas testemunhas (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 2022).

3 METODOLOGIA

Em relação aos procedimentos metodológicos, foi realizado uma pesquisa exploratória, de acordo com Gil, essa tipologia sendo essa uma pesquisa têm como objetivo tornar o objeto de estudo mais íntimo ao público, permitindo a elaboração de hipóteses, a partir de suas

intuições, de acordo com o que foi apresentado (Marconi, Lakatos, 2010). Esta pesquisa buscou tornar mais explícito o que vem a ser a preservação do local de crime e a sua importância dentro da atuação policial.

Para Marconi e Lakatos (2003) existem dois tipos de fontes para pesquisa, que são a bibliográfica e a documental, a primeira se baseia em informações retiradas de documentos impressos, como exemplo, livros, já a segunda é aquela oriunda de fontes que não foram submetidas a um estudo analítico, assim, seu processo pode sofrer alterações em posteriores inspeções, nesse segmento são estabelecidos materiais dos mais variados tipos. Ambas foram utilizadas durante o estudo, para tanto se fez uso de algumas matrizes científicas como livro e artigos.

O estudo também fez uso da pesquisa de campo, em que foi aplicado um questionário, com 10 perguntas abertas, sendo que as indagações foram respondidas em ambiente eletrônico, em que o perito entrevistado preencheu as respostas e enviou para o autor do estudo através do SEI, sistema informatizado de processos e fluxo de dados dentro do Governo de Goiás, verificando aspectos pertinentes ao objeto de análise.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme estabelecido no decorrer do texto, o Código Penal desempenha um papel crucial na sociedade ao estabelecer as normas e os limites que regem o comportamento humano e garantem a ordem pública. Ao almejar uma sociedade com a presença do bem estar social, é de suma relevância a cooperação do sistema legislativo, o qual desempenha um papel vital na promoção desse objetivo.

Desse modo, as leis são criadas para proteger os direitos individuais, garantir a igualdade de oportunidades e fornecer uma rede de segurança para aqueles em situações de vulnerabilidade, sendo a partir desse âmbito que se tem o surgimento do Código Penal, o qual permite prevenir que práticas ilícitas, ou seja, que coloquem em xeque os bens jurídicos, sejam praticados.

Além de punir condutas que violem a lei, o Código Penal também tem um caráter educativo fundamental, visto que ao definir quais comportamentos são considerados ilícitos e as consequências associadas a eles, o código fornece uma base para a compreensão das responsabilidades individuais e coletivas na sociedade. Assim, se o cidadão não quer sofrer determinadas sanções estatais, visto que o direito de punir é monopólio do estado, ele não pratica nenhum ato ilícito.

Consequentemente, ao ser reconhecido um ato ilícito, o Estado, sendo esse um dos interessados em punir o infrator, busca meios para realizar tal ação, através da comprovação da autoria do crime, através do poder judicial, por intermédio de provas. Dentro desse cenário é que culmina no objeto de estudo da pesquisa, ou seja, a importância da preservação do local de crime pelos policiais militares, sendo eles um dos primeiros personagens a ter o contato com a cena criminal, logo, é importante que se tenha uma preservação da cena criminal para que se mantenha as provas da autoria criminal.

Com o intuito de reconhecer e evidenciar a importância da preservação do local criminal, foi realizado um estudo de campo, o qual foi baseado em uma entrevista com um perito do Instituto Médico Legal, em que foi lhe solicitado o preenchimento de um questionário, com 10 perguntas abertas, em que as questões foram enviadas por intermédio de ambiente eletrônico, através do SEI, sendo esse um sistema de gestão de dados e processos administrativos, em apoio ao Poder Executivo do Estado de Goiás. Assim, o respondente deu as explicações cabíveis ao tema de pesquisa, dentro do que foi solicitado, em que os dados coletados são apresentados a seguir.

Em relação à primeira pergunta, do questionário, foi averiguado qual a forma mais comum de violação do local de crime, em que o entrevistado revelou que:

Pessoas não autorizadas, como curiosos, repórteres ou até mesmo policiais não designados para a investigação, podem entrar no local de crime antes que todos os procedimentos adequados tenham sido realizados. Toques desnecessários, movimentação de objetos ou a presença de substâncias estranhas no local de crime podem comprometer as evidências, tornando mais difícil para os investigadores reconstruírem os eventos. Tocar em evidências sem luvas, embalar incorretamente ou armazenar evidências de maneira inadequada podem comprometer a integridade das provas. Mudar corpos ou objetos antes que todos os procedimentos adequados tenham sido seguidos pode interferir na análise forense. (FORMS, 2024, p. 1-2)

Diante do que foi relatado, tal cenário evidencia a importância do trabalho do policial militar como um agente da segurança pública, perante a um local de crime, visto que o seu trabalho envolve não apenas garantir a segurança física do local, mas também preservar a integridade das evidências para garantir uma investigação eficaz, que propicie a comprovação dos fatos.

Perante essa importância, tal qual a dificuldade para realizar ações de isolamento, é importante que o policial tenha conhecimento, habilidades e procedimentos adequados para evitar qualquer interferência ou comprometimento das provas. A Pergunta 2, do questionário, objetivou verificar o tempo de atuação na área pericial do entrevistado, em que ele relatou que tem entre 12 a 20 anos de profissão.

Já a terceira pergunta da pesquisa, foi abordado, mediante a atuação pericial, qual a importância da preservação do local de crime, em que como resposta foi relatado que:

Para garantir a integridade da cena do crime, é crucial que apenas profissionais treinados e autorizados tenham acesso ao local e sigam os protocolos específicos para preservar as evidências. A preservação do local de crime é fundamental para uma investigação eficaz. (FORMS, 2024, p. 2)

Dentro do escopo abordado pela pergunta, perante a resposta obtida, conclui-se que os policiais militares auxiliam no isolamento do local, a partir do estabelecimento de um perímetro de segurança, controlando o acesso à área e impedindo a entrada de pessoas não autorizadas, ao estabelecer essa medida, os agentes de segurança pública garantem que apenas profissionais treinados e autorizados tenham acesso e que todos protejam os protocolos específicos para a preservação das provas contidas na cena do crime.

Dentro do trabalho, sob o olhar profissional do perito criminal entrevistado, foi questionado quais são as primeiras preocupações que o policial militar deve ter ao deparar com a cena de crime, em que a resposta é exposta seguir,

Quando um policial se depara com uma cena de crime, várias preocupações imediatas devem ser abordadas para garantir a preservação da cena e das evidências, como a avaliação da cena para identificar quaisquer ameaças imediatas e garantir que a área seja segura para entrada. Se houver vítimas que necessitem de assistência médica imediata, o policial deve chamar os serviços de emergência para garantir que a ajuda adequada seja fornecida. É crucial isolar a área do crime para evitar a contaminação de evidências e a interferência de pessoas não autorizadas. Barreiras físicas, como fita de isolamento, podem ser usadas para restringir o acesso. O policial deve evitar tocar em evidências desnecessariamente e garantir que a cena do crime seja preservada da melhor forma possível até a chegada dos investigadores forenses. Isso inclui não mexer em objetos, não alterar a posição de itens importantes e evitar o contato direto com áreas críticas. O policial deve identificar e isolar testemunhas potenciais, garantindo que elas permaneçam separadas para evitar a contaminação de histórias e garantir que cada testemunha seja entrevistada individualmente. O policial deve relatar imediatamente a descoberta da cena do crime à equipe de investigação, fornecendo informações essenciais, como a natureza do incidente, qualquer pessoa presente na cena e quaisquer observações iniciais relevantes. O policial deve fazer um registro inicial da cena, anotando observações, condições ambientais, detalhes importantes e qualquer informação que possa ser valiosa para a investigação. Isso pode incluir a data e a hora da descoberta. Se aplicável, o policial deve tomar medidas para proteger a cena do crime contra condições climáticas adversas, como chuva, vento ou neve, que poderiam comprometer as evidências. (FORMS, 2024, p. 2)

Perante a resposta obtida, nota-se a importância do trabalho conjunto entre a polícia militar e o grupo de peritos, em que se sugere treinamentos de capacitação, visto que os policiais, ao receberem instruções especializadas sobre técnicas de investigação forense e preservação de evidências, eles estarão mais capacitados para garantir a integridade da cena do crime.

Tal fato, não apenas ajuda a evitar a contaminação das provas, mas também contribui para uma coleta de evidências mais precisa e confiável, o treinamento proporciona aos policiais uma compreensão mais profunda dos procedimentos legais e científicos envolvidos na investigação criminal, permitindo-lhes desempenhar seu papel com maior eficácia e precisão.

De acordo com a quinta pergunta apresentada, ela buscava conhecer os principais elementos que a perícia verifica em uma cena de crime, em que o perito relatou que,

A perícia em uma cena de crime desempenha um papel crucial na coleta, análise e interpretação de evidências. Alguns dos principais elementos que os peritos verificam incluem: Documentação da Cena: Fotografia e Vídeo: Registro visual da cena para documentar a condição original e a disposição de objetos.

Croquis e Diagramas: Desenhos que representam a cena e a localização de itens relevantes. Coleta de Evidências: Biológicas: Amostras de sangue, saliva, cabelo, fluidos corporais, etc. Físicas: Impressões digitais, fibras, fios de cabelo, fragmentos de vidro, objetos relacionados ao crime, etc. Documentais: Documentos, notas, cartas, etc. Vestígios: Qualquer material que possa fornecer pistas, como terra, poeira, pólvora, etc. Exame de Impressões e Marcas: Impressões Digitais: Comparação de impressões digitais encontradas com registros conhecidos. Pisoteamento: Análise de marcas de calçados ou padrões de pneus. Exame de Locais de Entrada e Saída: Arrombamentos ou Arrombamentos: Avaliação de como o local foi acessado. Trajetórias de Projéteis: Estudo do caminho percorrido pelos projéteis, se aplicável. Análise de Manchas e Fluidos: Análise de Sangue: Identificação e tipagem sanguínea. Manchas de Fluidos Corporais: Identificação e análise de saliva, sêmen, entre outros. Reconstrução de Eventos: Cenas de Homicídios: Tentativa de reconstruir a sequência de eventos que levaram à morte. Colisões de Trânsito: Reconstrução da dinâmica do acidente. Exame de Armas e Munições: Comparação Balística: Correspondência de projéteis e cartuchos com armas específicas. Análise de Computadores e Eletrônicos: Recuperação de Dados: Exame de dispositivos eletrônicos em busca de evidências digitais. Avaliação de Documentos e Assinaturas: Perícia Documentoscópica: Análise de autenticidade, falsificações, etc.

Exame de Toxicologia: Análise de Substâncias: Identificação de substâncias tóxicas em amostras biológicas. Entomologia Forense: Estudo de Insetos: Determinação do intervalo pós-morte com base na presença de insetos. Entrevistas e Colaboração com Investigadores: Coleta de Depoimentos: Entrevistas com testemunhas e outros envolvidos. (FORMS, 2024, p. 3-4)

Perante aos elementos, cenários analisados pela perícia, a polícia deve ter consciência sobre o que se deve proteger dentro da cena do crime, incluindo evidências físicas, testemunhas e o próprio local. Assim, um ponto que colabora para a eficácia da preservação é através do que o perito busca na cena criminal, como a resposta anterior apresentada, quando o policial tem esse conhecimento, ele age de modo a proteger os principais elementos, ou seja, os principais pontos abordados pelo perito.

Em relação a sexta pergunta, a pesquisa de campo buscou averiguar em que circunstâncias que se tem a violação do local de crime, visto que, como resposta, o perito explanou que,

A violação do local de crime ocorre quando alguém, sem autorização legal ou necessária, entra, interfere ou perturba uma cena de crime. Isso pode incluir a

manipulação inadequada de evidências, a movimentação de objetos, a contaminação de áreas críticas ou a realização de ações que comprometem a integridade da cena. A violação do local de crime é uma séria preocupação, pois pode afetar negativamente a coleta e a análise de evidências, prejudicando a capacidade das autoridades de investigar e resolver o crime de forma eficaz. Para evitar a violação do local de crime, é fundamental que apenas pessoal autorizado, como investigadores, peritos forenses e outros profissionais designados, tenham acesso à cena. Essas pessoas são treinadas para seguir protocolos específicos, preservar a integridade das evidências e garantir que a cena seja documentada de maneira adequada. A violação do local de crime pode ter sérias implicações legais e pode comprometer a justiça ao prejudicar a validade das provas apresentadas em um tribunal. (FORMS, 2024, p. 4-5)

Em circunstâncias onde ocorre a violação do local de crime, o policial militar ainda desempenha um papel fundamental na preservação da cena, seja através da rápida intervenção para deter os responsáveis, seja garantindo a segurança e o isolamento da área para evitar mais danos às evidências. Além disso, eles podem coletar informações relevantes, como testemunhos de pessoas presentes no momento da violação, que podem ajudar na identificação dos culpados. A ação rápida e eficaz do policial militar é essencial para minimizar os impactos da violação e manter a integridade das evidências, facilitando uma investigação criminal precisa e justa.

Para a Pergunta 7, a qual questionava acerca dos principais efeitos prejudiciais à eficácia da perícia, quando se tem a violação do local de crime, em que o entrevistado relatou que, “A Perda de Contexto é o principal reflexo. A violação pode resultar na perda do contexto original da cena, tornando mais difícil para os peritos entenderem a dinâmica do crime”.

Diante da oitava pergunta, ela se dedicou a indagar o entrevistado, acerca de quando há alguma interferência no local do crime, se mesmo assim, a perícia ainda consegue produzir provas contundentes, em que como resposta foi relatado que,

Mesmo quando há interferência no local do crime, a perícia ainda pode produzir evidências contundentes, mas a qualidade e a confiabilidade dessas evidências podem ser comprometidas. Os peritos forenses são treinados para enfrentar desafios e adaptar suas técnicas, mas a preservação adequada da cena do crime é fundamental para garantir a integridade das provas. (FORMS, 2024, p. 5)

Diante das respostas coletadas, é fundamental que o policial preserve o local do crime ao encontrá-lo, mediante qualquer contexto encontrado, pois os mínimos vestígios que estão ali contidos, permitem que os peritos colem evidências essenciais que podem ser fundamentais para resolver o caso. Portanto, ao preservar o local do crime, o policial não apenas facilita o trabalho dos investigadores, mas também aumenta as chances de justiça para as vítimas e a comunidade como um todo.

De acordo a última pergunta do estudo de campo, ela indagou o entrevistado, em relação a qual a importância da atuação pericial no decorrer do processo penal, em que como resposta o entrevistado disse que:

A atuação pericial desempenha um papel crucial ao longo do processo penal por várias razões no decorrer do processo penal: **Produção de Provas Técnicas:** Os peritos fornecem análises técnicas e científicas que podem fornecer evidências objetivas e fundamentadas sobre questões cruciais para o caso. Isso inclui exames de DNA, análises balísticas, análises de documentos, entre outros. **Corroboração de Depoimentos e Outras Provas:** A perícia pode corroborar ou refutar depoimentos de testemunhas e outras formas de evidência apresentadas no tribunal. Isso fortalece a confiabilidade e a solidez do caso. **Reconstrução de Cenas de Crime:** Os peritos podem ajudar a reconstruir cenas de crime, permitindo uma compreensão mais clara dos eventos. Isso é essencial para estabelecer a sequência dos acontecimentos e entender as circunstâncias do crime. **Identificação e Análise de Evidências:** A perícia é fundamental na identificação, coleta e análise de evidências físicas e científicas, como impressões digitais, amostras de sangue, fibras, vestígios balísticos, entre outros. **Esclarecimento de Questões Científicas Complexas:** Em casos que envolvem questões científicas ou técnicas complexas, os peritos podem explicar esses conceitos ao tribunal de maneira compreensível, auxiliando juízes e jurados na tomada de decisões informadas. **Auxílio na Formação de Convicção Judicial:** As conclusões periciais podem desempenhar um papel crucial na formação da convicção do juiz ou do júri. A objetividade e a especialização técnica dos peritos são valorizadas na avaliação das evidências apresentadas. **Contraposição às Teses Defensivas:** A atuação pericial pode refutar teses defensivas, apresentando argumentos científicos e técnicos que desafiam a validade de alegações feitas pela defesa. **Garantia da Admissibilidade de Evidências em Tribunal:** Os peritos são fundamentais para garantir que as evidências coletadas sejam admissíveis em tribunal. Isso inclui a observância de padrões legais e a manutenção da cadeia de custódia. **Contribuição para a Justiça:** A perícia busca a verdade material, contribuindo para uma tomada de decisão mais justa e precisa. A análise científica e técnica reduz a probabilidade de erros judiciais e assegura que a justiça seja efetivamente alcançada. (FORMS, 2024, p.7)

De acordo com o exposto durante a revisão de bibliografia, tal qual a porção em que apresentou as respostas coletadas na pesquisa de campo, conclui-se que é de suma importância que o policial militar preserve o local do crime ao encontrá-lo, ao realizar essa ação, ele facilita uma investigação precisa e justa, permitindo que peritos colem evidências vitais sem comprometer sua integridade, aumentando as chances de identificar os responsáveis e garantir a justiça para as vítimas e a comunidade.

5 CONCLUSÃO

De acordo com o estudo elaborado, foi apresentado a importância da preservação do local de crime, por parte do policial, visto que, comumente, ele é uma das primeiras figuras a chegar nesse espaço, até pelo aspecto de patrulhamento que essa força policial realiza.

Assim, como resposta ao problema de pesquisa apresentado no início do estudo, foi verificado que a preservação do local de crime pela Polícia Militar é um procedimento fundamental que visa proteger a cena do crime de qualquer interferência que possa comprometer a integridade das evidências.

Dentro desse contexto, quando os policiais militares chegam ao local, sua primeira prioridade é isolar a área, estabelecendo um perímetro de segurança para evitar a entrada de pessoas não autorizadas, isso é feito para evitar a contaminação das provas, garantindo que não haja alterações indevidas nos vestígios presentes.

A preservação do local de crime pela PM permite que peritos e investigadores especializados realizem uma análise detalhada, denotando a importância de um ambiente intacto para coletar evidências físicas, como impressões digitais, amostras biológicas e objetos relacionados ao crime.

Qualquer interferência no local do crime pode prejudicar a coleta precisa dessas evidências, o que pode comprometer a investigação e dificultar a identificação dos responsáveis. As provas coletadas no local de crime desempenham um papel essencial na construção de um caso sólido e na garantia da justiça no sistema judicial, ajudando a fundamentar as decisões dos tribunais e a assegurar que os culpados sejam responsabilizados pelos seus atos, ao mesmo tempo em que protegem os direitos dos inocentes.

REFERÊNCIAS

BRANDALISE, R. da S. Sobre a Atividade Probatória Judicial em Processo Penal. **Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro**, n. 55, 2015. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/59/233/ril_v59_n233_p99.pdf. Acesso em: 22 dez. 2023.

CAPEZ, F. **Curso de Processo Penal**. ed. 19, São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

_____. **Curso de Direito Penal**. ed. 15, vol. 1, São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

FLORENZANO, F. A. A importância da preservação do local do crime para a perícia criminal. **Revista Especialize On-line IPOG**, 10, n. 17, vol. 01, 2019. Disponível em: <https://assets.ipog.edu.br/wp-content/uploads/2019/12/07015624/fernando-augusto-florenzano-361719.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2024.

FRANÇA, R. F. Meios de obtenção de prova na fase preliminar criminal: considerações sobre reconhecimento pessoal no Brasil e na legislação comparada. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, vol. 3, n. 2, p. 55-90, 2013. Disponível em: <https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/58>. Acesso em: 20 nov. 2023

GRECO, R. **Curso de Direito Penal**. ed. 17, Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

GARCIA, T. M.; RÉGIS, J. C. Local do crime: a preservação e o isolamento e seus reflexos na persecução criminal. **Revista Jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina**, a. 7, n. 12, 2016. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/U_Fato_Direito/article/download/19712/13201. Acesso em: 07 jan. 2024.

LIMA, D. C. F. de; ROCHA, L. P. S. Local de crime: preservação e isolamento desempenhados por integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná. **Brazilian Applied Science Review**, vol. 6, n. 5, p. 14112–14125, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BASR/article/view/52589>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LUCCHETTI, G. B. **A prova no processo penal**. ed. 1, Florianópolis: Emais, 2015.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**, ed. 5, São Paulo: Atlas, 2003.

PINHEIRO, G. C. Fundamentos teóricos e aspectos técnicos do direito à ampla defesa. **RIL**, a. 59, n. 233, p. 99-115, 2022. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/59/233/ril_v59_n233_p99.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Procedimento Operacional Padrão**. ed. 4, Goiânia: PMGO, 2022.

REIS, A. C. A.; GONÇALVES, V. E. R. **Direito processual penal esquematizado**. ed. 7, Coord.: Pedro Lenza, São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

TAVARES, A. A. G.; ANDRADE, O. de O. **Pressupostos constitucionais da prova pericial no processo penal**. Revista de Ciências Jurídicas e Sociais, vol. 3, n. 1, 2013. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/cienciasjuridicasesociais/article/view/1857/1457>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SANTOS, J. S. dos. **Local de crime: preservação e isolamento**. Monografia (Bacharel em Direito), Centro Universitário Anhanguera, Santo André/SP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.pgsskroton.com/bitstream/123456789/21225/1/Juliana%20Santiago%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2023.

SILVEIRA, A. M.; PEREIRA, A. Isolamento e preservação de local de crime – procedimento substancial à integridade do trabalho pericial. **Rev. Bras. Criminalística**, vol. 9, n. 2, p. 56-61, 2020. Disponível em: <https://revista.rbc.org.br/index.php/rbc/article/download/355/pdf/2011>. Acesso em: 02 jan. 2024.